

- 5 FEV 1997

GAZETA MERCANTIL

Economia - Brasil

Uma inexplicável duplicidade de opinião

Herbert Levy *

Quando se registra a mudança da balança comercial brasileira, estavelmente deficitária com a introdução do Plano Real, é muito estranha a contradição entre a crítica do Banco Mundial sobre a excessiva valorização do real, responsável por tais déficits, e a negativa de apoio a qualquer desvalorização cambial.

Alberto Fernandes registra no Estado de São Paulo de 2ª feira, dia 3 de fevereiro:

"A sobrevalorização do real em relação ao dólar acumula cerca de 25% entre os anos de 1990 e 1992 e o segundo semestre de 1996 e prejudica a competição dos exportadores, alerta relatório do Banco Mundial (Bird) sobre o custo Brasil.

É difícil entender o que pretendem as autoridades do Banco Mundial

"O número foi calculado com base na diferença da inflação brasileira para a americana e é um valor de referência. Não foi calculado um valor exato porque, se a comparação for feita entre 1996 e 1992, a sobrevalorização seria de 29,95%. Se a base de comparação for a média entre 1990 e 1992, a apreciação seria menor, de 21,6%."

É difícil entender o que pretendem as autoridades do Banco Mundial quando alertam para esses fatos e "pari passu" não aprovam reajustes da taxa de câmbio. Isso talvez explique a contradição do Plano Real, pois a origem do ministro da Fazenda do governo Fernando Henrique, Pedro Malan, é a direção do Banco Mundial.

Essa posição contraditória é contagIANte. A Gazeta Mercantil do mesmo dia 3 publica com destaque em sua primeira página estas declarações do a cat a d o

economista Rudi Dornbusch, professor do Massachusetts Institute of Technology: "Eu diria que o real está apreciado em cerca de 30%, mas se nada for feito no campo fiscal e se a economia não se tornar mais aberta seria um erro terrível promover uma desvalorização mais forte na moeda, porque isso só criaria uma enorme instabilidade".

Uma questão de importância fundamental, que está atrapalhando



nossas exportações e atingindo tantas empresas brasileiras eficientes e idôneas, ganha foros de incompreensível complexidade. Então não se deve restabelecer a capacidade competitiva dos brasileiros?

É normal, aceitável e tecnicamente correto que até exportações de produtos brasileiros privilegiados, como o café sólivel, sejam prejudicadas em favor de outros produtores sul e centro-americanos, que nada sabem dessas complexidades?

O Chile dá-nos um bom exemplo da atenção que devota aos seus interesses econômicos, flexibilizando a política cambial. É também da Gaze-

ta Mercantil do dia 3 reportagem de Brasília de Ivanir José Bortot que diz o seguinte: "Em novembro de 1994, ao constatar uma redução do câmbio real, provocada pelo efeito dos produtos transacionais sobre os não-transacionáveis de sua economia, o Chile decidiu incorporar um desconto adicional de 2% e ainda ampliou a faixa da banda de 5% para 10%".

Será que devemos continuar sujeitos a órgãos dirigentes internacionais?

Por que não nos inspira essa política cambial realista e flexível?

Não me lembro de, na minha longa carreira de líder político e mestre em economia, ter enfrentado tanto contra-senso. Continuará tudo como dantes no quartel de Abrantes?

Os males que já sofremos com essa orientação

deflacionária encorajada pelo FMI, tanto para os países desenvolvidos como para os em desenvolvimento, ficaram amplamente demonstrados de 1980 a 1984, no governo do presidente Figueiredo e do ministro do Planejamento, Delfim Netto, sob a responsabilidade deste, obviamente. Já me referi várias vezes com dados a essa orientação desastrada.

Será que deveremos continuar sujeitos à orientação de órgãos dirigentes internacionais que influenciam as administrações brasileiras de modo a adotarem políticas que não correspondem aos verdadeiros interesses do País? ■

* Presidente do conselho de administração da Gazeta Mercantil.